

**EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA PRODUÇÃO
FUMAGEIRA GAÚCHA**

**RITA INÊS PAULI PRIEB (1) ; MARCELINO DE SOUZA (2) ; JOÃO
EDUARDO PEREIRA (3).**

**1,3.UFSM, SANTA MARIA, RS, BRASIL; 2.UFRGS, PORTO ALEGRE, RS,
BRASIL.**

rpaetzol@brturbo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

AGRICULTURA FAMILIAR

**I - EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA PRODUÇÃO
FUMAGEIRA GAÚCHA¹**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo verificar os impactos das mudanças na condição de vida dos produtores rurais de fumo, que ao mesmo tempo recebem benefícios da previdência social rural. A metodologia empregada foi a pesquisa de campo que contou com aplicação de questionários famílias pertencentes aos municípios de Candelária, Arroio do Tigre e Estrela Velha, todos residentes na região fumicultora gaúcha. A seleção dos municípios que compuseram a amostra foi efetuada através de um procedimento estatístico de amostragem por conglomerado. Os principais resultados sugerem que os benefícios previdenciários implicaram em mudanças positivas, no comportamento dos principais indicadores decisivos na análise da condição de vida e de bem-estar social das famílias. A renda média domiciliar e per capita são superiores aos rendimentos médios do meio rural gaúcho, porém, os gastos e grau de endividamento revelaram-se expressivos.

Palavras –chave: produtores de fumo, aposentadoria rural, bem-estar.

Abstract: This paper aims to verify the impact of the changes on the life conditions of the tobacco producers, whose receive benefits from the social rural security. The methodology employed was the field research by means of the application of

¹ este texto é parte integrante do projeto de pesquisa “Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável – PCT”, realizado em cooperação com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAUFRGS com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)”, contudo as afirmações nele contidas são de inteira responsabilidade dos autores do artigo.

questionnaire to the families pertaining to the cities of Candelária, Arroio do Tigre and Estrela Velha, all located in the southern region of Brazil. The selection of the cities, which comprised the sample, was made by means of a statistical procedure of sampling by clusters. The main results suggest that the benefits of the social security imply in positive changes in the behavior of the most important indicators on the analysis of the life conditions and of the social welfare of the families. The average house income and the per capita are above the average income of the rural area of the south of Brazil, although the spends and the degree of indebtedness have shown to be expressive.

The present work aims to analyse the changes in the life conditions

Keywords: tobacco producers, social rural security, welfare

Introdução

Em pesquisa anterior desenvolvida no âmbito da fase III do Projeto Rurbano² procurou-se mostrar que a pluriatividade presente na agricultura diversificada, também se encontra presente na produção fumageira gaúcha, e não é consideravelmente inferior àquela.³ Mostraram-se, também, as razões do crescimento da pluriatividade no interior da produção fumageira familiar decorrem de uma multiplicidade de fatores.

Os fatores mais expressivos são: a) queda nos preços do fumo em folha nos últimos anos, o que força os membros das famílias, antes dedicados exclusivamente ao cultivo de fumo à busca de novas atividades, sejam elas as tradicionais formas de trabalhos agrícolas assalariados, sejam as atividades não agrícolas propiciadas por um crescente florescimento do setor de serviços, muitos deles relacionados à própria consolidação do complexo fumageiro e de apoio a outras atividades agrícolas na região.

Há que se considerar outro fator de relevância, os avanços que a Comissão-quadro no Brasil e a OMS no mundo vem conseguindo no que diz respeito à redução das áreas de produção de fumo, isso implica no médio, e longo prazos, também na necessidade de reestruturação das atividades dos fumicultores.

Sem dúvidas a diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares resulta em uma ampliação considerável nos rendimentos das famílias. Os benefícios da previdência social rural, a partir da constituição de 1988, de modo crescente, adquirem importância no meio rural brasileiro, o que redundou em estudos sobre as implicações

² A fase III do Projeto Rurbano foi dedicada aos trabalhos de campo, ao contrário das anteriores em que se trabalhou basicamente com os dados secundários das Pnads. A maior parte dessas publicações, podem ser encontradas no site do Instituto de Economia da Unicamp (www.eco.unicamp.br), ou na série de sete livros editada pela Embrapa denominada "O Novo Rural Brasileiro".

³ No estudo de caso, encontrou-se um resultado de 36,7% famílias pluriativas e 63,3 famílias agrícolas. Pode-se constatar que as famílias pluriativas possuem renda superior à das famílias agrícolas e mais, que as famílias pluriativas têm melhores condições de vida e de acesso aos bens, condições de habitação e níveis de escolaridade, corroborando os resultados das tendências nacionais. Prieb, R. P. (2005 p. 148)

sócio-econômicas no meio rural e, com isso, um engajamento de muitos pesquisadores⁴ sendo que várias pesquisas teóricas e empíricas foram realizadas nas diferentes regiões e municípios do Brasil.

Os impactos socioeconômicos da previdência rural são, de fato, muito expressivos. É o que mostram, por exemplo, as pesquisas do IPEA. Os resultados apontam para uma realidade em que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural está, em média, 16%⁵ acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS. Isto permite manter cerca de 85% das famílias pesquisadas da região Sul e 62% das do Nordeste acima da condição de pobreza, tendo por base 1/2 salário mínimo domiciliar *per capita* (ou cerca de 60 dólares por ocasião da pesquisa, realizada no segundo semestre de 1998). Nos domicílios sem acesso aos benefícios, esse índice cai para 60% na região Sul e para apenas 26,5% no Nordeste. (Delgado e Cardoso Jr., 2000).

Os autores afirmam ainda, que a diferença positiva em favor dos beneficiários da previdência rural deve-se em grande parte aos seguintes aspectos: a) os beneficiários da previdência tendem a receber mais de um benefício por domicílio (numa média de 1,78 benefícios por domicílio); b) os domicílios com beneficiários da previdência rural estão associados a estabelecimentos produtivos, em geral agropecuários; c) o tamanho médio das famílias não difere muito entre os beneficiários e os não-beneficiários da previdência rural; d) nos domicílios em que ocorre o recebimento de pelo menos um benefício da previdência rural habitam pessoas ocupadas no mercado de trabalho (Delgado e Cardoso Jr., 2000, p.34).

1. O Estudo de Caso

Os municípios de Estrela Velha, Arroio do Tigre e Candelária, pertencentes à região do Vale do Rio Pardo compreendem a amostra do estudo de caso. Os critérios de seleção, foram praticamente os mesmos, já delineados no Produto 2, contudo, foram redefinidos os municípios nos quais já foram aplicados os questionários de pesquisa. Os critérios de seleção foram praticamente os mesmos já delineados no Produto 2, contudo, a inclusão de outras variáveis do (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Associação de Fumicultores do Brasil – AFUBRA e Previdência Social), permitiu a obtenção de uma amostra mais representativa.

Especificamente procedeu-se da seguinte maneira: para a definição dos municípios nos quais foram aplicados os questionários de pesquisa, foram realizadas previamente determinações, considerando algumas proposições: municípios com grande parte da população rural inserida na atividade de produção de fumo; e de parte da população rural como sendo beneficiária da transferência de recursos da previdência social⁶.

⁴ Principalmente, àqueles vinculados ao Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA.

⁵ Kageyama, encontrou um percentual médio de 18, 26% de rendimento previdenciário sobre a renda total, no Rio Grande do Sul. Kageyama, (2006 p. 260)

⁶ Foi efetuado uma análise de cluster, tendo sido selecionado 3 clusters em função de diferentes variáveis e dentro de cada cluster foi selecionado o município mais representativo considerando as médias das variáveis. (Ver anexo 1)

As variáveis selecionadas foram: Benefícios emitidos em R\$; Número de beneficiários rurais/população rural; número de fumicultores/população rural e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 15 municípios pertencentes à região do vale do Rio Pardo – Rio Grande do Sul (RS).

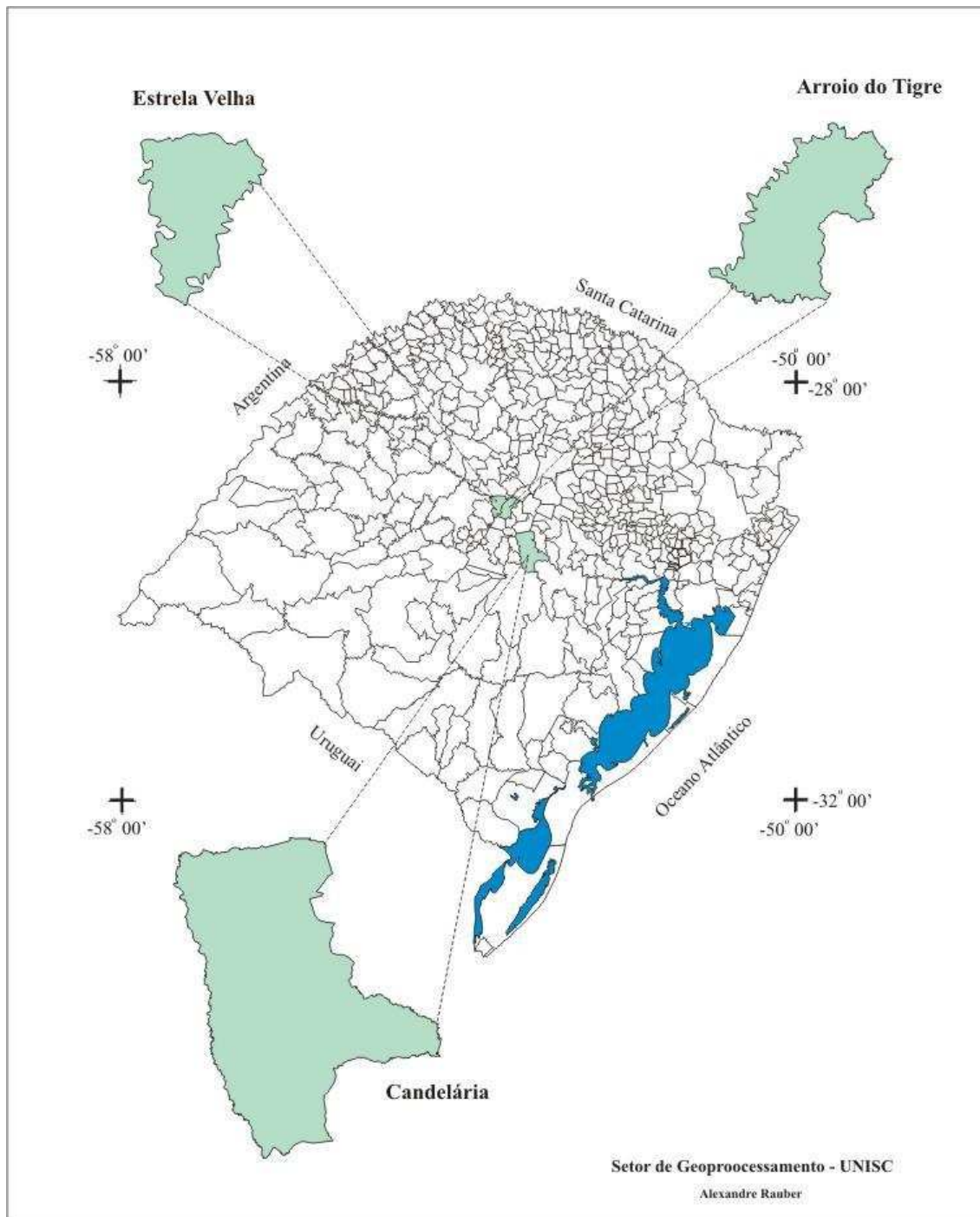
A seleção dos municípios que compuseram a amostra foi efetuada através de um procedimento de amostragem por conglomerado. Empregando-se a técnica estatística de análise de clusters disponível no *software* Estatística 7.0 da Microsoft. A utilização deste método considerou uma população de 15 municípios pertencentes à região fumicultora gaúcha.

Para cada município, fora efetuado uma amostra proporcional ao número de fumicultores. A listagem de fumicultores foi buscada junto à AFUBRA, com sede em Santa Cruz do Sul. Sabe-se que mais de 90% dos produtores de fumo do Sul do país são associados à AFUBRA. O rol de produtores de fumo de Candelária contempla 5.574 pessoas; Arroio do Tigre 2.341 e Estrela Velha 270, totalizando uma população de 8.185 produtores. Mas a escolha dos entrevistados, efetuado a partir de um rol adequado de unidades da população estudada, ainda precisava considerar outro corte: os fumicultores, ao mesmo tempo deveriam estar recebendo algum tipo de benefício previdenciário⁷.

Considerando que a população da região objeto de estudo, possui 69,6% de fumicultores, e 28,95% de produtores rurais que recebem o benefício, seria necessária uma amostra mínima de 42 questionários aplicados para uma estimativa com margem de erro de 1%, e com α de 5%. Lembrando que foram aplicados 55 questionários, o que garante a confiabilidade da amostragem.

⁷ Para equacionar esta proposição lançou-se mão do auxílio do secretário da agricultura dos diferentes municípios e do Sindicato dos Trabalhadores rurais na identificação desses produtores.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul (RS) e seus respectivos municípios



2. Resultados da pesquisa de campo

Nesta parte, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo, que consideram uma amostra de unidades familiares fumageiras que tiveram que compreender duas precondições: a) terem ao menos um integrante da família que seja beneficiário da previdência rural; b) outro ou o mesmo vinculado com a atividade fumageira.

2.1 Identificação do beneficiário

Quanto ao número de domicílios, a amostra compreende o total de 55 famílias, e 189 pessoas residentes, entre elas, os cônjuges, todos de laços consangüíneos e agregados legalmente ou não. Assim, em cada domicílio residem em média 3,44 pessoas.

Considerando as características gerais dos beneficiários da Previdência Rural (PR) na região objeto de estudo, no que diz respeito à proporção de beneficiários, nota-se a predominância do público feminino, representando 51% dos casos, enquanto o público masculino é de 49%.

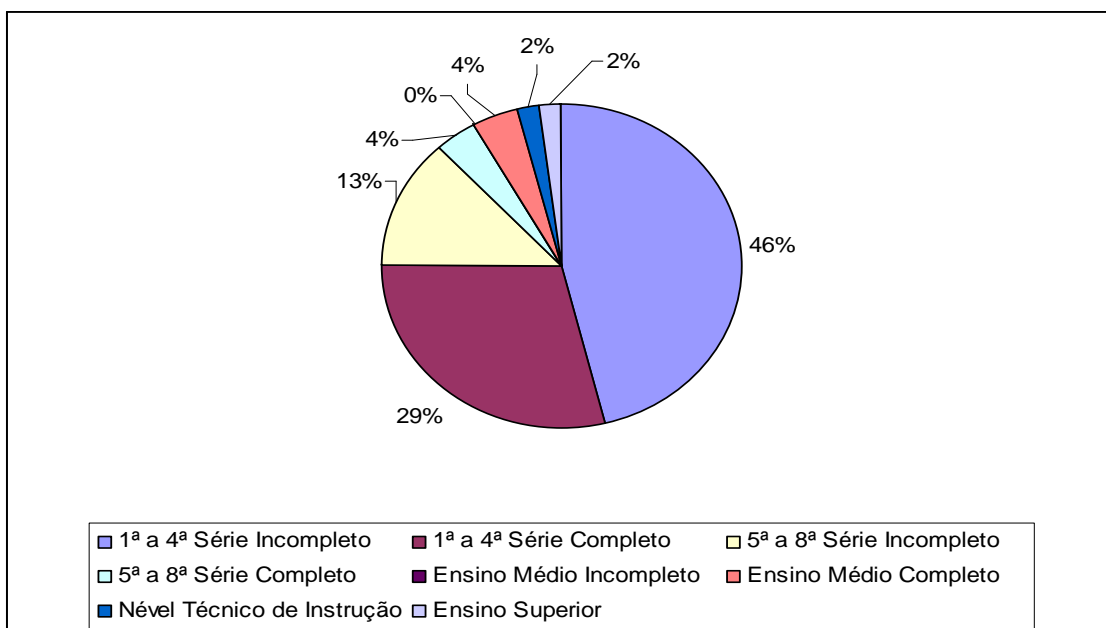
Apesar da diferença não ser demasiado expressiva, explica-se o fenômeno apontando a diferença na idade mínima para requerer o benefício. Para as mulheres 55 anos e para os homens 60 anos⁸. A média aritmética de idade dentre os indivíduos, abordados pela entrevista, ficou em torno de 64,52 anos.

Quanto ao estado civil dos fumicultores o que chama a atenção para a união estável dentre os cônjuges entrevistados, revelando a importância dos laços/núcleo familiar na amostra. Assim, verificou-se que 71% são casados, 24% são viúvos, 3% são divorciados, e, apenas 2%, são solteiros.

O nível de escolaridade dos beneficiários é baixo, contudo todos declararam que freqüentaram a escola e sabem ler e escrever.

Figura 2 – Nível de Escolaridade do Beneficiário

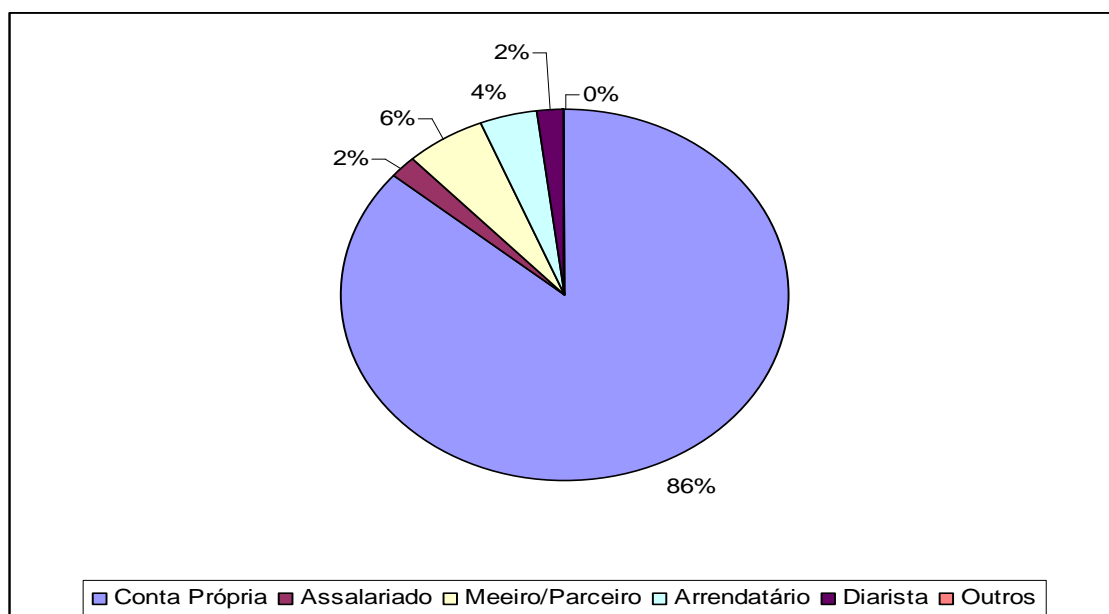
⁸ A diferença segundo (2000) em nível de Rio Grande do Sul, é de 64% de mulheres e 36% de homens. Esta diferença pode também ser explicada pelo fato de as mulheres receberem muito mais pensões por morte do cônjuge do que os homens, uma vez que, a expectativa de vida das mulheres é superior à dos homens, principalmente, nos estratos dos mais idosos.



A Figura 2 mostra que 88% dos entrevistados não possuem primeiro grau completo sendo que pouco mais da metade destes não conseguiram completar a 4ª série.

Todos os beneficiários tiveram na agropecuária o principal ramo de atividade nos 12 meses que precederam o primeiro recebimento do benefício. A relação de trabalho na última ocupação exercida nos doze anos anteriores ao recebimento do benefício, foi a de Conta Própria, em 86% dos casos (Figura 3).

Figura 3 – Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do benefício



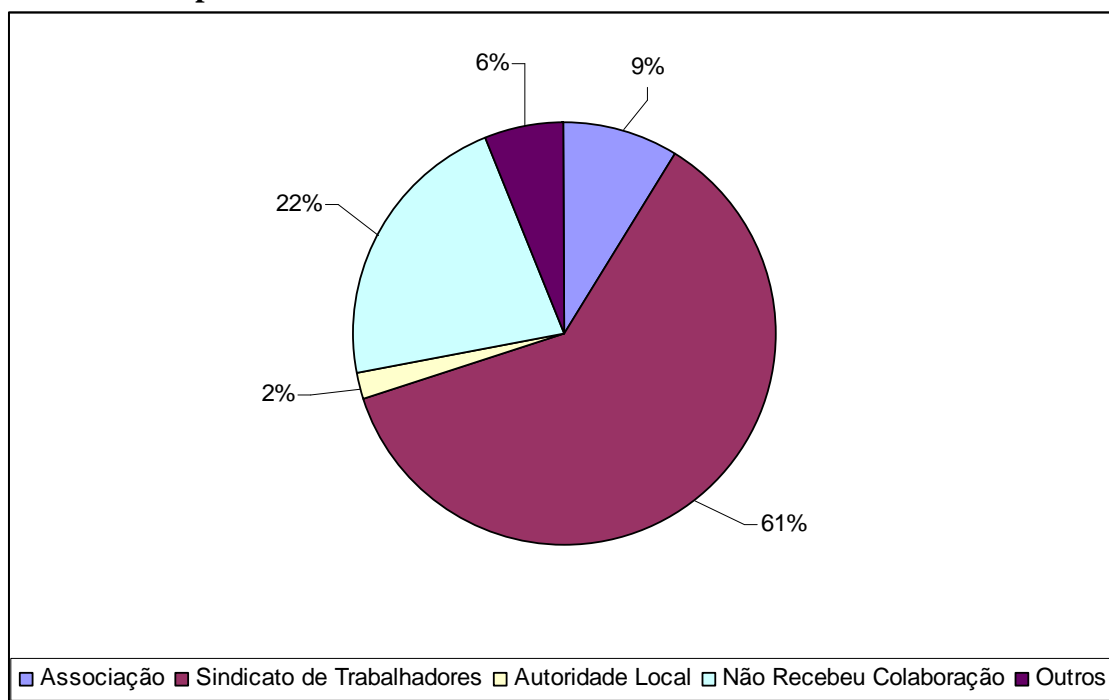
2.2 – Seguro Previdenciário

Como esperado, a maior parte dos entrevistados recebem aposentadoria por idade, contudo, existe uma parcela de aposentados por invalidez e outra de pensões devido à morte do cônjuge. Quase a totalidade dos beneficiários recebe aposentadoria por idade (82%), sendo que apenas 7% dos entrevistados recebem aposentadoria por Invalidez, e outro 11% Pensão por Morte.

A média do tempo de recebimento dos benefícios é de 7,43 anos, dentre os aposentados por idade. O tempo médio entre a solicitação do benefício e a concessão pelo INSS ou FUNRURAL é de aproximadamente 88 dias.

Praticamente nenhum beneficiário declarou enfrentar algum problema para ter acesso ao benefício, sendo que quase todos contaram com auxílio de algum órgão ou autoridade, a maioria (61%) contou com o Sindicato dos trabalhadores rurais. Os que não necessitaram lançar mão de ajuda de terceiro perfaz um total de 22% dos beneficiários. 9% dos beneficiários contaram com a ajuda da associação. Apenas 2% receberam ajuda de autoridades locais e 6% de outros (Figura 4).

Figura 4 – Recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício.



Há que ressaltar também, que em quase na totalidade dos casos (98%), o benefício principal e pago em data certa e com regularidade nos últimos dois anos.

Em 83% dos casos é o próprio beneficiário que recebe o benefício. Todos os recebimentos são efetuados via cartão magnético. Quando não, é retirado por um parente sem procuração.

Tabela 1 - Percentual de beneficiários por domicílio

1 beneficiário	45,45
2 beneficiários	43,63
3 beneficiários	7,27
4 beneficiários	3,65

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

Observa-se pela tabela 1, que mais de a metade (54,55%) dos domicílios contam com dois ou mais benefícios previdenciários. Isso decorre, em grande medida, devido à especificidade do benefício concedido, que na maior parte refere-se à aposentadoria rural por idade e, conforme visto anteriormente, 71% são casados o que explica, em grande medida, os resultados encontrados.

2.3 Domicílio

2.3.1 Benefícios dos demais residentes

Considerando os domicílios que contam com mais de um beneficiário da previdência, 67,57% foi o próprio cônjuge que recebe também o benefício, em 21,62 % dos casos o filho (a) e, 10,81% cabem aos parentes e afins.

Tabela 2 - Caracterização dos demais beneficiários do domicílio e tipo de benefício

Grau de parentesco	%	Tipo de benefício	%
Cônjuge	67,57	Por Idade	83,78
Filho (a)	21,62	Por Invalidez	10,81
Parente/afins	10,81	Por morte	5,41

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

A tabela 2 apresenta, também, o tipo de benefício dos demais beneficiários do domicílio confirmando a predominância de aposentadorias por idade. Há que se ressaltar, porém, que nos domicílios há um considerável número de pessoas que necessitariam receber benefícios previdenciários (16,36%), destes 12,72% estão à espera da aposentadoria por idade e 3,64%, pela aposentadoria por invalidez. Tal situação decorre da dificuldade da comprovação do trabalho em atividade rural e, noutros casos, por invalidez⁹.

2.3.2 Caracterização de Moradia e Bem-Estar

Dentre os aspectos considerados relevantes na investigação do bem-estar social pode-se afirmar, que de maneira geral, as famílias possuem boas condições de vida. Contudo, se levado em conta as variáveis ambientais tais como contaminação da água, da terra, e repercussões sobre a saúde, devido o uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos percebe-se que, no Rio Grande do Sul, a região fumicultora é a que mais sofre os efeitos nocivos da contaminação.

Tabela 3 – Aspectos da moradia atual (%)

⁹ Apenas em 1 caso constatou-se que havia uma pessoa, vinculada a atividades agrícolas, que deveria receber o benefício por idade, porém, a falta de registros torna impossível a comprovação da idade.

Particular	Coletiva	Madeira	Alvenaria	Mista	Própria	Cedida	Número médio de cômodos
98	2	30	57	13	94	6	6,43

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

Do provimento de serviços básicos das moradias todos os domicílios estavam ligados à rede de energia elétrica geral. Contudo, as instalações de água e esgoto os números não são nada expressivos. Apenas 7% das moradias estão ligadas à rede geral de esgotos e 11% dispõem de água encanada pela rede geral. Pelo fato dos domicílios pertencerem à zona rural, e relativamente distante do centro, destaca-se a predominância da utilização do telefone celular como meio de comunicação e, até mesmo, segurança.

Tabela 4 – Utilização dos serviços básicos (%)

Água		Eletricidade	Instalação Sanitária		Telefone	
Rede geral	Outros	Rede geral	Rede geral	Fossa	Celular	Não possuem
11	89	100	7	93	83	17

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

A grande maioria dos domicílios está equipada com os principais utensílios domésticos. O forno elétrico especialmente utilizado para assar carne, pães,ucas e bolachas¹⁰ aparece como item mais importante do que o forno de microondas. O elevado percentual de domicílios com antena parabólica, segundo os residentes se justifica como item de central importância considerando que sua ausência praticamente impossibilita o uso de aparelho de televisão.

Tabela 5 – Utensílios domésticos disponíveis (%)

Fogão	Geladeira	Freezer	Televisor	Antena Parabólica	Rádio	Outros*
<i>lenha</i>	<i>gás</i>					
100	100	100	82,3%	100	69,10%	89,02
						100

Obs: Outros: ar condicionado; computador; vídeo k7; dvd; microondas; chuveiro elétrico; forno elétrico; máquina de lavar. Pelo menos um em cada residência.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

É importante destacar que os entrevistados, antes de tornarem-se beneficiários da previdência social, 67% viviam em moradias particulares e 33% em moradias coletivas. Após tornarem-se beneficiários, 98% passaram a usufruir de moradia particular e apenas 2% permaneceram em moradia coletiva (Figura 5).

Figura 5 – Relativo à última e à atual moradia

¹⁰ Alguns desses itens são produzidos para vendas em feiras, em um processo mercantilização de valores de uso, já descrito por vários pesquisadores mormente àqueles vinculados ao Projeto Rurbano. Por outro lado, a distância dos domicílios de padarias e supermercados, a tradição no consumo de pães caseiros e a facilidade de sua produção considerando a disponibilidade de eletricidade explicam a priorização desse item de consumo.

2.3.4 Relações familiares e organização social

Em 47% dos domicílios entrevistados, o chefe da família é o próprio beneficiário, em 23,63% um dos filhos é considerado o chefe da casa, em 20% o cônjuge do entrevistado, e em 7,27% um dos pais do beneficiário.

Quase $\frac{1}{4}$ dos entrevistados (24%), declarou ter ajudado alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses, sendo que a metade desses ajudaram uma pessoa e os outros ajudaram mais de uma pessoa.

Dentre os tipos de ajudas efetuadas e citadas nas entrevistas, os principais são, em ordem de recorrência: prestação de serviços gratuitos; mutirão de trabalho; atendimento a pessoa carente ou doente; Cessão de equipamento ou material de trabalho; ajuda em espécie. Quando se trata de doações, tem-se que entre os principais produtos transferidos por doação, nos últimos 12 meses, referem-se a itens de vestuário e calçados, medicamentos e material escolar.

As associações que os beneficiários participam restringem-se ao Sindicato dos Trabalhadores rurais e à Associações, conselhos municipais, e cooperativas¹¹. Não foi relatado envolvimento noutros grupos sociais vinculados, por exemplo, à sustentabilidade ambiental e social de interesses mais amplos.

2.3.5 Relação do beneficiário com a atividade econômica

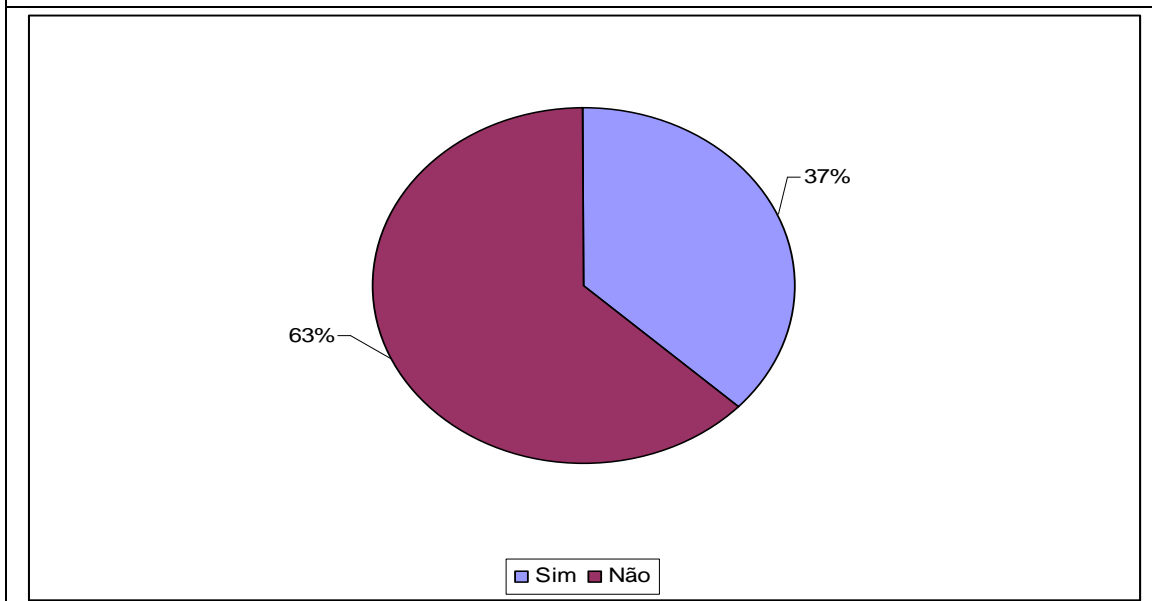
Cabe aqui mostrar os resultados acerca do envolvimento do beneficiário com a exploração domiciliar. Constatou-se que em 65,45% dos casos, o beneficiário ou alguém residente no domicílio é responsável pelo estabelecimento rural, e em 34,54% dos domicílios não são responsáveis por nenhum estabelecimento rural.

¹¹ Neste caso a maior parte é sócio da AFUBRA.

Dentre os domicílios responsáveis por estabelecimentos rurais, 40% concentram-se em atividades agrícolas, 30% na horticultura, 20% na agropecuária, e 10% na pecuária.

A figura 6 mostra que 37% dos beneficiários utilizam de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para a manutenção da atividade rural.

Figura 6 – Utilização da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural



2.3.6 A Renda rural dos domicílios

A tabela 6 apresenta a renda média mensal dos domicílios amostrados. A composição dos rendimentos considera: os benefícios previdenciários, a ocupação acessória, e ainda, as rendas de alugueis, arrendamentos, juros e outros¹². A renda

¹² Não foram obtidos dados confiáveis acerca das quantidades totais dos itens de autoconsumo, por esse motivo não estão contempladas essas informações na composição dos rendimentos.

média domiciliar é de 1.231,75 e a renda per capita é de 358,06, considerando que em cada domicílio residem, em média, 3,44 pessoas.

Tabela 6 - Renda mensal domiciliar media (em reais)	
Benefícios previdenciários	591,81
Ocupação acessória	607,52
Renda (alugueis, arrendamentos, juros)	32,42
Rendimento total mensal domiciliar	1.231,75
Rendimento total mensal per capita	358,06

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

Kageyama ao analisar o rendimento domiciliar per capita no meio rural do Rio Grande do Sul, nos anos de 1995 e 2003, mostra que a média gaúcha é superior à média brasileira, em ambos os anos, tendo apresentado uma variação percentual de 6,80%. Em 2003 o rendimento domiciliar per capita no meio rural deste estado foi de R\$: 296,73. (Kageyama, 2006 p.252). Os resultados desta pesquisa mostram uma renda per capita consideravelmente superior, o que se explica, majoritariamente, em função de esta pesquisa ter como público alvo domicílios onde reside ao menos um produtor de fumo aposentado pela previdência social rural.

Ainda com relação à composição dos rendimentos, vale ressaltar que mais de 98% dos entrevistados declararam não haver recebido nenhuma cesta básica ou doação de produtos para consumo familiar, e quase 2% dos beneficiários entrevistados recebem ou receberam no ultimo ano este tipo de doação, dentre os quais, a responsável pelas doações, em 50% dos casos registrados é a instituição religiosa, e noutros 50% a instituição governamental.

Considerando o percentual de beneficiários que utilizam parte dos benefícios para a manutenção da atividade produtiva, em 74% dos casos é destinado ao custeio. Principalmente na compra de mudas de fumo, insumos e agrotóxicos. Os 26% restantes utilizam a renda para a aquisição de bens de investimento.

A Tabela 7 detalha várias informações importantes sobre a ocupação e renda do trabalho das famílias entrevistadas. É possível vislumbrar a importância dos rendimentos provenientes da agropecuária (86,3%). Obviamente, esse resultado era previsto considerando o corte analítico desenvolvido no presente trabalho, que conta com um público alvo de famílias produtoras de fumo. Com relação à posição na ocupação 86,3% são produtores que trabalham por conta própria, pertencem, portanto, ao universo da agricultura familiar.

O local de ocupação dos classificados como conta própria é no próprio estabelecimento rural. Do total de entrevistados 13,64% são assalariados, sendo o local de trabalho na empresa ou firma. O rendimento da ocupação principal para os que trabalham por conta própria é de R\$ 918,50 ao mês, para cada família.

Tabela 7 – Ocupação principal, posição na ocupação, local de ocupação e rendimento da ocupação		
Numero de meses trabalhados	12 meses	100%
Ocupação principal	agropecuária	86,37
	comércio	9,09
	serviços	4,54
Posição na ocupação	Conta própria	86,36%
	assalariado	13,64%
Local de ocupação	Estabelecimento rural	86,36%
	Empresa ou firma	13,64%
Rendimento da ocupação	11,022/ano	918,5/mês

2.3.7 Utilização dos rendimentos e autoconsumo

A totalidade dos beneficiários entrevistados declara obter de estabelecimentos rurais, próprios ou de terceiros, produtos agropecuários para consumo familiar¹³. Contudo, é irrisória a participação de itens de autoconsumo provenientes de outros estabelecimentos rurais.

A tabela 8 ilustra os principais produtos originários do estabelecimento rural próprio ou de terceiro, consumidos ou armazenados para o autoconsumo.

Tabela 8. Principais itens do autoconsumo

Espécie	Quantidade	% de Pessoas
Batata	25	45
Alface	22	40
Tomate	21	38
Feijão	15	27
Mandioca	15	27
Pepino	13	24
Milho	11	20
Cebola	9	16
Carnes (Aves, Suíno e Gado)	9	16

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

Os percentuais foram definidos a partir da maior incidência dos diferentes itens para cada família. Assim, os itens de autoconsumo, descritos na Tabela 8, compõem os principais produtos de consumo humano e animal dos domicílios.

2.3.8 Estrutura das despesas domiciliares

A tabela 9 mostra a distribuição dos gastos domiciliares em despesas de consumo, de produção e outras (ajuda a parentes e amigos e compra de utensílios domésticos). Os gastos mensais médios domiciliares são de R\$: 2.300,06. As despesas de produção estão

¹³ O anexo 2, mostra uma tabela completa com 32 itens de autoconsumo das famílias.

vinculadas com o grau de atividade do estabelecimento e a particularidade da sua produção principal, nesse caso a fumicultura. Sabe-se que se trata de uma cultura que necessita de maiores gastos em insumos, mudas, agrotóxicos e outros.

Tabela 9 – Gastos Mensais Médios domiciliares

Despesas de consumo	Média em R\$
Alimentos e materiais de higiene e limpeza	219,60
Transporte	117,34
Saúde	126,29
Educação	121,17
Vestuário e calçado	51,48
Habitação (água, energia, aluguel)	74,33
Serviços pessoais	277,50
Recreação (lazer)	14,20
<i>Despesas de produção</i>	<i>Média em R\$</i>
Custeio das atividades produtivas da família	1.234,00
Arrendamento da terra	43,15
<i>Outras despesas</i>	<i>Média em R\$</i>
Ajuda a amigos ou parentes	12,70
Utensílios domésticos	8,30

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.

A pesquisa mostrou que 9,09% dos entrevistados arrendam terra¹⁴. O percentual encontrado pode ser considerado baixo quando se compara ao comportamento mais geral da fumicultura gaúcha, na qual cerca de 1/3 das famílias arrendam terra para a atividade fumageira¹⁵. Pode-se atentar a dois motivos: a) uma parcela dos beneficiários já não trabalha mais a terra, devido à idade avançada e às restrições físicas; b) outra parcela, que ainda se mantém nesta atividade, impulsionada pelo aumento da renda, a partir do recebimento do benefício, comprou terras. São esses os dois movimentos que, possivelmente, forçaram para baixo o percentual de arrendamentos de terra na região objeto de estudo.

Com relação aos bens patrimoniais comprados nos últimos 12 meses, incluindo máquinas, equipamentos, e animais, tem-se um total médio de 4.227,36 reais. No que diz respeito ao total de bens patrimoniais vendidos no mesmo período, tem-se uma média de 1.844,54 reais. Os entrevistados declararam a venda de três tratores sendo que, em dois dos casos ocorreu a substituição por novos. Dentre os animais vendidos, relatam-se bovinos e suínos.

No tocante às dívidas das famílias no momento das entrevistas, obtêm-se uma média de 2.273,00 reais aos bancos referentes a créditos rurais. De crédito pessoal obteve-se uma dívida média de 3.330,00 reais. A considerável diferença, nos montantes entre as dívidas de crédito pessoal e rural, decorre da facilitação dos financiamentos para aquisição de máquinas agrícolas, a partir da utilização do crédito pessoal. Obviamente, aos bancos a garantia de pagamento dos financiamentos efetuados por aposentados, com desconto em folha, representa menor risco.

¹⁴ A média dos gastos em arrendamentos é de 2.956,00 reais ao ano, considerando a média dos beneficiários que declaram arrendar terras.

¹⁵ Segundo informações obtidas junto a AFUBRA (Associação do Fumicultores do Brasil)

Sabe-se que a população receptora de aposentadorias constitui-se não apenas ao capital financeiro¹⁶, mas, também ao capital comercial, um segmento de grande interesse para vendas a crédito, pois são considerados como “bons pagadores”, pois recebem suas aposentadorias mensalmente e, praticamente sem atrasos.

Na verdade, o beneficiário pode comprometer no máximo 30% do valor da aposentadoria ou pensão para, por exemplo, financiar dívidas. Considerando que 45% dos entrevistados declararam perdas materiais não previstas nos últimos doze meses, pode-se afirmar, por hipótese de que parte dessas dívidas puderam ser pagas com recursos dos aposentados. Os gastos extraordinários médios no período, são de 3.622,75 reais, incluindo gastos de consumos, de produção, e outras despesas (tais como reforma de casa, acidentes de carro, doenças, e mortes).

3. Conclusão

O artigo procurou elucidar os impactos na condição de vida dos produtores rurais de fumo, que ao mesmo tempo recebem benefícios da previdência social rural. Apesar da literatura nacional contar com razoável quantidade de pesquisas com conclusões relevantes acerca dessa temática, ainda não foi devidamente estudado as implicações no caso específico da produção articulada ao complexo do fumo.

Verificou-se que 54,55% dos domicílios contam com dois ou mais benefícios previdenciários. A predominância das aposentadorias é por idade.

Apesar de estarem satisfeitos com a “pontualidade” no pagamento dos benefícios, há insatisfações que se revelam no considerável percentual de pessoas (16,36%) à espera da aposentadoria, destes 2,72% estão à espera da aposentadoria por idade e 3,64% pela aposentadoria por invalidez. Pode ser corroborado, também, em várias afirmações proferidas pelos aposentados que demonstram uma satisfação relativa quando se consideram os valores recebidos: “com a aposentadoria, a gente não precisa mais ficar incomodando os filhos”... “prá mim é uma grande coisa um velho quebrado que não pode mais trabalhar”...”a minha sorte é que tenho saúde, pois não é fácil”.

Dessa forma, conclui-se que os benefícios previdenciários implicam em mudanças positivas, no comportamento dos principais indicadores decisivos na análise da condição de vida e de bem-estar social das famílias. O aspecto da moradia, a utilização de serviços básicos e os utensílios domésticos disponíveis, comprovam que as famílias, em geral, possuem boas condições de vida. E mais, no que se refere à moradia observou-se que antes do recebimento das aposentadorias, 67% dos domicílios eram particulares e, após tornarem-se beneficiários 98% dos entrevistados declararam usufruir de moradia particular.

Pode-se verificar que a renda média domiciliar, de R\$ 1.231,55, e renda média per capita, de R\$ 358,06, são superiores aos rendimentos médios do meio rural gaúcho.

¹⁶ O diretor de Benefícios da Previdência Social, Benedito Brunca, lembra que são necessários cuidados com fraudes envolvendo os empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. Segundo ele, o Ministério da Previdência Social registra cerca de mil casos do gênero por mês. Acesso em 09/01 de 2007. www.gazetadosul.com.br.

Contudo, é falsa a idéia de que o papel tradicional do idoso mudou de dependente para provedor, isto se revela nos elevados gastos domiciliares. Há que se considerar, todavia, que 37% dos aposentados alocam seus recursos na manutenção da atividade produtiva.

9. Referências Bibliográficas

- CAMPANHOLA C. GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro, rendas das famílias rurais. Brasília. Embrapa. 2004. vol.1,2,3,4, 5.**
- DELGADO, G C. e CARDOSO JR. J C. **A Universalização dos Direitos Sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. IPEA. Brasília. 2.000.**
- DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. **Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural).** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para Discussão 734.
- DELGADO, G. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica.** Brasília: IPEA, 1997. Texto para Discussão 477.
- Gazeta do Sul . <http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo= ultimas.php & intIdUltimaNoticia=38998>. Acesso em 15 de março de 2007.
- KAGEYAMA, A.. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In, A diversidade da Agricultura familiar. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2006.
- OLIVEIRA, F. A. **Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PRIEB, R.I.P. **Situação Atual e Perspectivas da Pequena Produção Fumageira do** PRIEB, R.I.P. Presença de pluriatividade na produção familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Orgs.). **O novo rural brasileiro.** V. 4. Brasília: Embrapa, 2004.
- SILVA, Enid Rocha Andrade. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. In: Guilherme DELGADO e José Celso CARDOSO Jr. (orgs.), **A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000. p.101-30.

Anexo 1.

Quadro 1. Análise da variância em função dos clusters

Case ID	Analysis of Variance (Spreadsheet1)					
	Between SS	df	Within SS	df	F	signif. p
C_1	6,268916E+12	2	2,580769E+11	12	145,7453	0,000000
C_2	7,164548E+07	2	2,948091E+06	12	145,8140	0,000000
C_3	4,612639E+08	2	1,064863E+08	12	25,9900	0,000044
C_4	2,076419E-01	2	2,175581E-01	12	5,7265	0,017943
C_5	3,954552E-03	2	7,724381E-03	12	3,0717	0,083707
C_6	2,153714E+08	2	3,015948E+07	12	42,8465	0,000003
C_7	1,859801E-02	2	4,343262E-01	12	0,2569	0,777576

Quadro 2. Cluster 1

Members of Cluster Number 1 (Spreadsheet1) and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 5 variables	
Variable	Distance
ArroioTigre	35655,48
Sinimbu	389,11
Sobradinho	91947,90
ValedoSol	56784,01
VeraCruz	1176,45

Quadro 3. Cluster 2

Members of Cluster Number 2 (Spreadsheet1) and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 3 variables	
Variable	Distance
Candelária	74429,9
SantaCruz	45969,9
VenâncioAires	120391,5

Quadro 4. Cluster 3

Members of Cluster Number 3 (Spreadsheet1) and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 7 variables	
Variable	Distance
EstrelaVelha	15358,64
GramadoXavier	1191,99
Herveiras	16750,20
Ibarama	28423,39
Matoleitão	5095,61
PassaSete	10545,79
Segredo	18062,48

O quadro 1 demonstra que entre os clusters, os percentuais de fumicultores não possuem diferenças estatisticamente significativas entre os clusters. Os quadros 2, 3 e 4 mostram os municípios selecionados a partir de um conjunto maior de municípios pertencentes a cada um dos clusters.

ANEXO 2 - Tabela da Totalidade do Autoconsumo

Espécie	Quantidade	% de Pessoas que apontaram o item
Batata	25	45
Alface	22	40
Tomate	21	38
Feijão	15	27
Mandioca	15	27
Pepino	13	24
Milho	11	20
Cebola	9	16
Carnes (Aves, Suíno e Gado)	9	16
Ovos	8	15
Cenoura	8	15
Couve-Flor	8	15
Leite	6	11
Alho	6	11
Beterraba	5	9
Morango	5	9
Abóbora	3	5
Rabanete	3	5
Melão	2	4
Uva	2	4
Laranja	2	4
Arroz	1	2
Pimentão	1	2
Melão	1	2
Cana-de-Açúcar	1	2
Ervas Medicinais	1	2
Brócolis	1	2
Moranga	1	2
Melancia	1	2
Soja	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2006.